

---

## APRESENTAÇÃO

“Imigração” e “fronteiras” são os dois conceitos-chave em torno dos quais se articulam os artigos neste número de *Horizontes Antropológicos*. Embora mantenham entre si uma relação construída historicamente, o uso que deles se faz aqui vai além dos sentidos e das conotações específicas que os relacionam de forma objetiva. Sem desconsiderar suas implicações materiais e localizadas de caráter político e geográfico, os textos aqui reunidos incluem em sua discussão experiências sociais que remetem a aspectos mais metafóricos e difusos que podem ser associados às categorias “imigração” e “fronteiras”. Noutras palavras, a polissemia desses conceitos não se restringe ao binômio território/imigração, remetendo a leituras mais amplas, colocando em relevo a porosidade da noção de fronteira; a mestiçagem entre agentes sociais e os conflitos que produzem unidades sociais, e desafiando pesquisadores a transpassar limites do conhecimento.

Os autores deste volume percorrem distintas fronteiras, sejam elas interdisciplinares, sejam aquelas exigidas por seus temas de pesquisa, porque foram fabricadas por agentes sociais em mundos sociais específicos. Este volume congrega antropólogos que se debruçam sobre material documental, aliado à pesquisa etnográfica, colocando em relevo a compreensão de práticas sociais e conflitos, por vezes associada a uma perspectiva histórica, bem como historiadores que percorrem indícios das práticas sociais de agentes que transitaram entre “fronteiras” e sua inserção em “mundos sociais” cuja alteridade é uma perspectiva exigida temporalmente. Em comum, a compreensão de que essas “fronteiras” são um ponto de partida para a reflexão sobre sua porosidade e sobre a confluência produzida no conflito social.

O primeiro artigo, de Jair de Souza Ramos, analisa o papel que as políticas de imigração e colonização desempenharam no processo de formação do Estado nacional brasileiro. Partindo de uma perspectiva antropológica, que toma as políticas de imigração como *locus* privilegiado de construção da autoridade pública, o autor focaliza o papel dos agentes e das técnicas de poder envolvidas na execução dessas políticas. Trata-se de uma leitura que põe acento no modo como

os mecanismos de administração são estruturados por meio das políticas públicas, pelo recrutamento dos agentes sociais que as conduzem e pela constituição das redes de interação social por meio das quais essas políticas circulam.

Gabriela Scotto, elegendo como seu objeto empírico os congressos de *marketing* político e as feiras de produtos e serviços políticos, discute a porosidade entre política e mercado. Operando com um sentido metafórico de fronteira, a autora mostra que, mais do que limites definidos e rígidos entre esses campos de ação social, vamos encontrar articulações entre ambos. Assim, se, por um lado, é verdade que existe uma considerável mercantilização dos interesses e das transações sociais e profissionais no campo político-eleitoral, por outro, não é menos verdade que existe também uma politização do mercado.

Os cinco textos que seguem estão centrados em questões relativas à formação e disputas de fronteiras em seu sentido material e na conquista do território, tendo como universo de pesquisa a região sul do continente sul-americano em distintas temporalidades. Essa concentração de textos foi inspiradora para a escolha da capa deste número de *Horizontes Antropológicos*, que retrata essa região num momento em que as atuais fronteiras nacionais ainda não haviam sido traçadas.

Nessa seqüência, o primeiro texto, de Fabrício Pereira Prado, mostra como, na primeira metade do século XVIII, a Colônia do Sacramento (cidade da atual República Oriental do Uruguai), estava inserida nas rotas comerciais e sociais que uniam uma vasta região platina, e se constituía numa fronteira múltipla, onde coexistiam espanhóis, portugueses e diferentes grupos indígenas. Através de uma consistente pesquisa documental realizada em arquivos existentes no Brasil e Argentina, o autor percorre as redes sociais no interior do espaço platino estabelecidas através do rio da Prata, ligando Sacramento à sua rival Buenos Aires, redes essas que eram vias de acúmulo de prestígio, poder e riqueza em uma sociedade de antigo regime.

A fronteira platina no século XVIII entre Portugal e Espanha também é discutida no texto de Guillermo Wilde. Este autor, por sua vez, mostra como esta população heterogênea, associada com a barbárie pela monarquia espanhola, foi objeto de políticas de controle que visavam a homogeneizá-la e a modificar suas representações do Estado e do território em um processo de *mestiçagem* de visões de mundo.

---

Essas políticas, no entanto, não conseguiram transformar as práticas econômicas, políticas e simbólicas dos agentes locais, de forma que estes mantiveram suas dinâmicas e percepções relativamente autônomas até a metade do século XIX, e as usaram como estratégias para evadir-se do controle das autoridades oficiais.

No artigo de Pablo G. Wright, as fronteiras se deslocam para o interior do território argentino, enfocando a colonização do Chaco, que se efetuou pela conquista dos aborígenes da região por meio de uma dinâmica violenta, levada a cabo por expedições militares, enviadas pelo governo de Buenos Aires, entre 1884 e 1911. O foco do artigo é posto particularmente nas conseqüências da política oficial de “pacificação” e “civilização” dos indígenas através do sistema de “reduções” estatais e religiosas, assim como de outras formas de ação, associadas à incorporação a esse sistema. Refinando o sentido de política, o autor chama atenção para o impacto que essas ações tiveram na construção da legalidade, da oralidade e da escritura, e no destino dos corpos dos indígenas, disciplinados pelas rotinas do “trabalho” e pelo manejo do espaço próprios da concepção capitalista ocidental que se busca implantar na região.

O artigo de Mariela Eva Rodríguez focaliza as crônicas de Roberto Arlt, que relatam sua viagem para as províncias de Río Negro e Neuquén em 1934, procurando compreender de que modo se pensava o espaço e o deslocamento entre um “aqui”, Buenos Aires, e um “lá”, a Patagônia, tomada como uma “fronteira” no sentido mais abrangente da palavra. Na pesquisa da literatura jornalística da época, a autora procura divisar as tensões subjacentes entre a aceitação de um discurso hegemônico, que priorizava a idéia de “civilização”, e as possíveis respostas contra-hegemônicas, que ganhavam voz nas crônicas de Arlt, na medida em ele denunciava o abandono, por parte do Estado nacional, das minorias e setores mais vulneráveis da sociedade da época, entre os quais se destacavam os indígenas, os trabalhadores e os migrantes da ilha de Chiloé.

Fechando essa seqüência de textos, o artigo de Rolando Silla retoma a questão da fronteira no Sul da América, mas o situa no momento atual. A sua etnografia enfoca o culto e a festa de São Sebastião, em Las Ovejas, na fronteira entre Argentina e Chile, e procura compreender as transformações que vêm ocorrendo nos últimos anos

na Igreja Católica, na vida política e econômica da Argentina e mais especificamente na província de Neuquén. Segundo o autor, o projeto de integração econômica do Mercosul estaria tornando as fronteiras internacionais entre os países do Cone Sul mais permeáveis. A heterogeneidade de atores (sacerdotes, políticos, devotos, etc.) e de interesses (econômicos, turísticos, religiosos, etc.) implicados na festa apontam para a multivocalidade do evento.

O artigo de Marta F. Topel recupera o enfoque simbólico das fronteiras, buscando compreender, a partir do complexo sistema ritual religioso judaico e suas leis alimentares, como se dá a incorporação de novos membros à ortodoxia judaica, com a decorrente reformulação das fronteiras do grupo. Essas fronteiras, apreendidas nos dados obtidos pela autora no trabalho de campo desenvolvido com novos judeus ortodoxos de São Paulo (Brasil), remetem o leitor para o caráter flexível e dinâmico que as divisões religiosas ou étnicas possuem nas diferentes conjunturas sociais e históricas.

Denise Fagundes Jardim, tendo como pano de fundo a história recente dos conflitos armados e dos embates diplomáticos que colocam o Oriente Médio no mapa geopolítico no nosso século, discorre, em seu artigo, sobre a complexidade da autodenominação dos palestinos. Partindo da multiplicidade de itinerários de imigração que aparecem nos depoimentos dos imigrantes palestinos que vivem no Sul do Brasil, a autora evidencia as redefinições de cidadania e identidade social dessa população, produzidas ao longo dos conflitos entre estados nacionais. Aponta para a centralidade do nacionalismo como forma de expressão de uma unidade social que assume novos sentidos no contexto da diáspora palestina.

*Espaço Aberto* traz dois textos relevantes tanto para a reflexão de temas específicos quanto para a discussão de aportes utilizados na pesquisa social.

Emerson Giumbelli discute algumas das dimensões envolvidas na produção e utilização da categoria “baixo espiritismo”. Partindo de uma extensa pesquisa histórica em processos jurídicos desde 1890 até a primeira metade do século XX, bem como sobre matérias jornalísticas da época, procura compreender de que modo é produzida a criminalização do espiritismo no contexto social brasileiro, engendrando ações policiais repressivas. Por outro lado, desde uma perspectiva dialética, o autor busca

---

contribuir para a elucidação dos mecanismos pelos quais se efetivaram, em meio a conflitos, a legitimação e inserção sociais das práticas religiosas, identificadas como “baixo espiritismo”.

O texto de Isabel Cristina Moura Carvalho enfoca os recursos oferecidos pelos métodos biográficos na análise de trajetórias de vida. Situando-se nas fronteiras entre diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas, a autora procura interpretar os sentidos presentes nas narrativas biográficas de ambientalistas, coletadas em sua pesquisa de campo. O ponto de partida de Carvalho é de caráter mais filosófico, de viés hermenêutico, destacando sobretudo as contribuições dos filósofos Paul Ricoeur e Gadamer para a compreensão das inter-relações da experiência e a sua tradução simbólica nos auto-relatos de trajetórias de vida, tomados como modalidades narrativas.

Por fim, duas palavras de esclarecimento ao leitor. A primeira, ainda referente à capa deste número de *Horizontes Antropológicos*, pretende chamar a sua atenção para a intenção dos organizadores na escolha dessa capa como um recurso que visa a instigar o leitor a um exercício de descentramento temporal, com o intuito de refazer seus pontos de referência espaciais sobre fronteiras e imigração. Entendemos que esse descentramento aponta para a urgência de se intercambiar materiais/documentos e pontos de vista para além das fronteiras nacionais que conhecemos hoje. Na medida em que reproduz a região do Prata num período em que suas fronteiras remetiam às disputas entre Espanha e Portugal, o mapa em questão relativiza as atuais divisões dos Estados nacionais que compõem a região, embaralhando nossas referências e permitindo perceber outras possíveis di-visões entre seus domínios. A segunda diz respeito à substituição de Daisy Macedo de Barcellos como uma das organizadoras deste número, como foi anunciado nos três números anteriores, o que foi motivado por razões de ordem pessoal que não permitiram o seu envolvimento efetivo na organização do presente número. Apesar disso, gostaríamos de agradecer a sua contribuição como interlocutora privilegiada ao longo do processo de organização deste número de *Horizontes Antropológicos*.

*Denise Fagundes Jardim*  
*Carlos Alberto Steil*